



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 17/09/2018.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 31

Aos dezassete dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Mêlina Monteiro Mira Domingues comunicou em 14/09/2018, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que estará ausente nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge, dado que o candidato imediatamente a seguir comunicou a sua impossibilidade.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



### **ORDEM DO DIA**

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- 1. Sr.<sup>a</sup> Cesaltina Almeida Silva Filipe** - pretende ser informada do ponto de situação da colocação de saneamento básico na Urbanização Valeira, em Vieira de Leiria.
- 2. Sr. Alexandre Adam Pereira da Silva** - pretende obter esclarecimentos adicionais sobre as AAF'S e o serviço de refeições do novo ano letivo.
- 3. Sr. João Alberto Pacheco Simões Mira** - na qualidade de advogado pretende saber a razão da recusa de entrega de fotocópia de processo de obras em nome de Afonso Marques Vidal.
- 4. Sr.<sup>a</sup> Vanessa Filipa Martins Caetano Branco Ribeiro** – pretende falar sobre os Blocos 6, 8, 10 e 12 da Rua D. João Pereira Venâncio, Marinha Grande.
- 5. Sr. Daniel de Jesus Pereira Rodrigues** – pretende saber o ponto de situação da mudança da Conservatória para o edifício do ATRIUM.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Intervenção dos membros do executivo

## **ORDEM DO DIA**

### **CÂMARA**

1. Aprovação da ata n.º 29, da reunião ordinária do dia 03 de setembro de 2018
2. Aprovação da ata n.º 30, da reunião extraordinária do dia 10 de setembro de 2018
3. Água imprópria para banhos - Ribeiro de S. Pedro de Moel e Foz do Rio Liz, na Praia da Vieira - Pedido de colaboração da Autoridade de Saúde Pública - Inquérito disciplinar
4. a) Serviço de recolha seletiva prestado pela Valorlis, S.A. – Posição do Município de Ourém  
b) Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF CL) – declaração de voto da CIM Leiria

### **FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

5. Resumo de Tesouraria do dia 11 de setembro de 2018
- 6.P.A. N.º 85/2018-AP/DISU – “*Serviços de vigilância dos estaleiros municipais*” - Adjudicação

### **TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS**

7. Isenção do pagamento de taxas

### **OBRAS PÚBLICAS**

8. “Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita – Concurso público n.º 05/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra
9. Requalificação da rua e travessa do Mirante - Concurso público n.º 17/2018 – Adjudicação
10. CP 18/2018 - Requalificação dos Blocos L/M de habitação social e dos 36 fogos Casal de Malta - Marinha Grande. Ratificação de despacho.
11. Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 1 - Concurso público n.º 14/2018 - Ratificação de despacho
12. Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 2 - Concurso público n.º 15/2018 - Ratificação de despacho

### **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

13. Req.º nº 1604/18, datado de 05/09/2018 - Proc.º nº 255/18, datado de 03/07/2018 - Tubofuro - Tubos em PVC S.A.
14. Req.º nº 1331/18, datado de 19/07/2018 - Proc.º nº 291/18, datado de 19/07/2018 - Rosa Maria Madeira Nunes Fernandes
15. Req.º nº 1355/18, datado de 24/07/2018 - Proc.º nº 5/18, datado de 11/01/2018 - Cesaltina Pedro Ferreira, Rui Jorge Ferreira Coelho e Afonso José Ferreira Coelho
16. Req.º nº 1147/18, datado de 21/06/2018 - Proc.º nº 467/17, datado de 20/10/2017 - SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.

17. Req.º nº 1529/18, datado de 23/08/2018 - Proc.º n.º 136/17, datado de 11/04/2017 - Guida Maria Letra Fontes Almeida, Paulo Fernando Caçador Fontes Almeida, José Letra Fontes, Liliana Isabel Fonseca Ramos, Maria Elisabete Letra Fonte, Fernando Manuel Letra Fontes e Ana Mónica Martins Pimenta Fontes
18. Req.º nº 509/18, datado de 13/03/2018 - Proc.º n.º 430/11, datado de 18/11/2011 - Nélcio Pereira Lopes
19. Req.º nº 1485/18, datado de 14/08/2018 - Proc.º n.º 338/18, datado de 14/08/2018 - Magentaluna Gestão Imobiliária, Lda.
20. Req.º nº 1214/18, datado de 05/07/2018 - Proc.º n.º 257/18, datado de 05/07/2018 - Simões Silva & Filhos, Lda.
21. Req.º nº 1455/18, datado de 07/08/2018 - Proc.º n.º 330/18, datado de 07/08/2018 - Plásticos Futura Lda,
22. Req.º nº 2058/17, datado de 04/12/2017 - Proc.º n.º 538/17, datado de 04/12/2017 - Simões Silva & Filhos, Lda
23. Req.º nº 1596/18, datado de 04/09/2018 - Proc.º n.º 12/18, datado de 17/01/2018 - Filipe Miguel Silva das Neves
24. Req.º nº 1092/18, datado de 13/06/2018 - Proc.º n.º 222/18, datado de 13/06/2018 - Silva & Branco Turismo Lda.
25. Req.º nº 1601/18, datado de 05/09/2018 - Proc.º n.º 182/17, datado de 08/05/2017 - Lino Gomes Pedro
26. Req.º nº 1634/185, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 550/17, datado de 14/12/2017 - Emanuel Gaspar Alves
27. Req.º nº 1636/18, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 370/18, datado de 11/09/2018 - Maria Leonor Sousa Reis
28. Req.º nº 1640/18, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 132/07, datado de 22/02/2007 - PMSA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.
29. Req.º nº 1640/18, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 132/07, datado de 22/02/2007 - PMSA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.
30. Req.º nº 2097/17, datado de 07/12/2017 - Proc.º n.º 813/05, datado de 21/11/2005 - Gracinda Ferreira Mateusa

#### **AÇÃO SOCIAL**

31. Realojamento temporário de munícipe em situação de vulnerabilidade social em habitação social.

#### **SAÚDE**

32. Protocolo de colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Centro, IP e o Município da Marinha Grande - Implementação de consultas de saúde oral.

#### **PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA**

33. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2018 - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego - FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018.

#### **TEMPOS LIVRES E DESPORTO**

34. Atribuição de apoios – Clube Recreativo Amieirinhense - 8º Grande Prémio em Atletismo - “10 kms da Amieirinha”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A **Sr.ª Presidente** cumprimentou todos os presentes, e antes de dar a palavra ao público lembrou que cada intervenção dispõe de 5 minutos e depois serão dadas as respostas. Não há conversa com o executivo, e se houver mais algum pedido de esclarecimento o executivo está disponível para agendar uma reunião com os munícipes.

**1. Sr.ª Cesaltina Almeida Silva Filipe** - pretende ser informada do ponto de situação da colocação de saneamento básico na Urbanização Valeira, em Vieira de Leiria, pois parece-lhe que já haverá resposta. Anda nesta luta há 11 anos, tem a sua casa a degradar-se, e se não forem colocados os esgotos no próximo ano terá que recorrer a outras vias.

**2. Sr. Alexandre Adam Pereira da Silva** – inscreveu-se para obter esclarecimentos adicionais sobre as AAF'S e o serviço de refeições do novo ano letivo.

Começou com a leitura da sua intervenção, referindo, em primeiro lugar, o que considera ter sido a intenção da autarquia de calar a sua intervenção na última reunião, uma vez que não foi aceite a sua inscrição.

Seguidamente passou a apontar factos: a auxiliar da escola das Trutas foi transferida para a Escola João Beare, e nesse dia não apareceu ninguém nas Trutas. Os terrenos junto da escola não foram limpos, ao contrário do que o Sr. Vereador aqui disse. E dentro o recinto também não está limpo, retiraram um escorrega e as areias não foram mudadas, como a Sr.ª Vereadora lhe prometeu. Há falta de acompanhamento nas escolas, que estão sujas e constituem um perigo para a saúde pública. Considera que a situação é uma vergonha e que a autarquia insiste em dar aos pais o caos, uma vez que as AAAF's e as CAF's não foram resolvidas como deveriam, e por isso questionou quem irá suportar os custos de um ATL para quem não tem posses.

Terminou a intervenção exigindo uma resposta hoje, e apelando a que a autarquia assumo o erro e que a sua atuação política seja de reação e não de gestão.

**3. Sr. João Alberto Pacheco Simões Mira** – inscreveu-se, na qualidade de advogado, para saber a razão da recusa de entrega de fotocópia de processo de obras em nome de Afonso Marques Vidal.

**Não compareceu.**

**4. Sr. Daniel de Jesus Pereira Rodrigues** – referiu que se encontra em representação dos condóminos do edifício ATRIUM, a quem, por diversas vezes e em várias reuniões, foi prometida a abertura da Conservatória naquele espaço, pelo que continuam a aguardar o início das obras e a abertura dos serviços. Veio agora a público a mudança, a título provisório, para outro local, e não concordam, por entenderem que, a terem que mudar, que seja para o local previsto.

Dado que já passaram muitos anos e nada ali aconteceu, deixou a sua preocupação, sabendo que o executivo tem feito esforços, mas não chegam, é preciso ação para que os espaços abram.

**5. Sr.ª Vanessa Filipa Martins Caetano Branco Ribeiro** – referiu que reside no Bloco 8 da Rua João Pereira Venâncio, Marinha Grande, e que a situação a expor vem desde 2009, e refere-se à demolição dos muros para que o logradouro seja constituído tal como a autarquia aprovou, porque as situações de segurança não estão a ser asseguradas, uma vez que os bombeiros não podem ali chegar porque o muro foi construído ilegalmente, razão pela qual deixou aqui a responsabilização da CMMG pelo que possa vir a acontecer. Disse que não conseguem ter acesso ao logradouro para o reabilitar e que já pediram à Proteção Civil a colocação de faixas de segurança e nada foi feito até agora, apesar dos inúmeros pedidos da Cresmoel. Terminou referindo que os moradores estão cansados, e que se nada se resolver irão para a comunicação social.

**Terminadas as intervenções do público, a Sr.ª Presidente respondeu o seguinte:**

- D. Cesaltina – a Câmara tem-se empenhado na resolução do assunto, que se refere à passagem do troço de estrada por parte das Infraestruturas de Portugal para a CMMG, para se poder depois intervir. Já foi feita a autorização de passagem, já veio à última reunião de Câmara a autorização do Tesouro, para celebrar um Protocolo, que vai hoje à sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Está a ser ultimada a passagem deste troço para depois se desencadear o processo em termos de obra, situação que está a ser acompanhada pelo Sr. Vereador. Tem sido um processo de contactos permanentes, que está quase a terminar.  
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** acrescentou, tal como tem dito à munícipe, que estava a aguardar a passagem deste troço, que hoje vai à Assembleia Municipal para ser aceite, e a partir daqui a Câmara poderá começar a atuar em toda aquela estrada e em particular nesta urbanização. Na Vieira há duas situações de saneamento a resolver: esta e a da Rua do Mirante, que vem hoje à reunião. Pensa que a obra ficará feita para o ano.
- Sr. Alexandre Silva – a **Sr.ª Presidente** disse que se escusava de dar resposta a algumas afirmações, mas no que diz respeito às escolas dará a palavra à Sr.ª Vereadora.  
A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** referiu, relativamente ao atendimento na reunião passada, que o e-mail só foi enviado para o e-mail das relações públicas, o funcionário estava de férias e só quando regressou é que o viu e por isso foi agendada a intervenção para esta reunião, ninguém se escusou.  
Sobre as areias informou que desde o dia 23 de maio que estão a tentar encontrar quem fizesse o trabalho, uma vez que a Câmara não tem meios, e é intenção fazer o mais rápido possível.  
Relativamente às assistentes operacionais, a **Sr.ª Presidente** informou que há muito tempo que há dificuldades com as CAF's e AAAP's, fazendo o historial deste processo. Ainda o ano passado se foram mantendo embora com as dificuldades que são públicas com a prestação deste serviço. A Câmara fez muitas alterações ao caderno de encargos para esta nova prestação de serviços e foi muito restritiva. Anteriormente havia POC's, depois CEI's, mas mesmo assim não resolvia. Com a abertura do concurso para admissão de precários, a Câmara tomou logo a decisão de contratar 33 pessoas para as escolas e essas pessoas estão lá. Mas faltam 15 pessoas, que deveriam ter licenciatura e experiência de pelo menos 3 anos de trabalho com crianças e aí é que reside o problema, nas pessoas a contratar pelas empresas que concorreram e a quem o serviço está adjudicado. Foram eles que na sexta-feira informaram que não tinham pessoas com esse perfil.

E aqui a Câmara teve que tomar uma decisão: ou entravam logo em incumprimento ou então abria-se novo concurso, e é isto que vai acontecer.

O **Sr. Alexandre Silva** manifestou-se, dizendo que assim fica a Câmara em incumprimento com os pais.

A **Sr.ª Presidente** informou o munícipe de que não pode falar, que a resposta que tem a dar é esta e que espera ter profissionais na próxima semana.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** referiu que os requisitos eram a licenciatura, via ensino, e os 3 anos de experiência era para o coordenador, e as empresas sempre garantiram que conseguiam estas pessoas.

Alguns dos munícipes presentes na sala começaram a manifestar-se e a mostrar o seu descontentamento.

A **Sr.ª Presidente** chamou a atenção para o cumprimento das regras do Regimento.

Seguiu-se uma troca de palavras, tendo a **Sr.ª Presidente** dito que assim interrompia a reunião.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que se a **Sr.ª Presidente** interrompesse a reunião se recusava a continuar e que se ia embora.

A **Sr.ª Presidente** pediu para a ajudarem a conduzir a reunião, disponibilizando-se, atendendo ao assunto, para fazer uma reunião em particular, porque compreende a indignação e a revolta, mas a reunião de Câmara não é para ser conduzida desta forma, tem que haver respeito institucional, e se não é em 5 minutos que se dá resposta, está disponível para reunir a seguir a esta reunião.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** referiu que o problema não era o pagamento à hora, que agora é de 7,5€/h, mas sim a cláusula via ensino, porque isso é um requisito para além da licenciatura, e isso só foi informado à Câmara na sexta-feira à tarde. Pretendia-se este ano ter CAF's e AAAF's de qualidade, e o que dificultou foi a via ensino. Voltou-se a fazer de novo o caderno de encargos, retirando a via ensino.

Em relação ao Jardim das Trutas, informou que foram colocadas 2 assistentes operacionais, uma desistiu na sexta-feira e a Câmara está a tentar colocar lá outra pessoa, no entanto foram colocadas 2 pessoas a apoiar no almoço. Estão lá 3 pessoas e espera-se mais uma.

No que respeita à limpeza, foi mandada lá uma pessoa, o que poderá não ter sido suficiente.

Sobre o concurso das CAF's e AAAF's, informou que a adjudicação foi feita em 24 de agosto, houve reclamações, que tiveram que ser analisadas. A Câmara fez tudo, sabe que não foi suficiente, e por isso, como professora e como mãe, compreende a indignação dos pais. Hoje foi lançado novo concurso, foi retirado esse requisito mas manteve-se a licenciatura, para na quarta-feira se tentar contratar.

A **Sr.ª Presidente** informou que no intervalo da reunião falava com os pais presentes.

- Sr. Daniel Rodrigues – a **Sr.ª Presidente** informou que a mudança de instalações da Conservatória é um assunto que vem a ser falado há muitos anos. Houve uma reunião com o IRN, aqui na Câmara, para os sensibilizar para o problema, e ao contrário daquilo que lhe foi dito em maio, de que aguardavam a descativação da verba para as obras, isso não aconteceu.

Na última reunião deu nota da informação que lhe tinha chegado, relativa à disponibilidade da Câmara para fazer um Protocolo, à semelhança do que se fez para as obras da Escola Guilherme Stephens e do Centro de Saúde.

Em relação ao local provisório para os 4 postos, eles virão para o edifício da Câmara só enquanto as obras decorrerem. Hoje recebeu a resposta do que poderá vir a ser o Protocolo a celebrar com a Câmara, e também da transferência da verba, o que só acontecerá no próximo ano. Este tem sido o esforço da Câmara para resolver esta questão.

- D. Vanessa Ribeiro – o **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que a situação descrita até já vem de 2006. Na passada sexta-feira foi ao local e já foi enviada uma notificação para a administração do condomínio do n.º 10, porque construiu os muros fora da lei, ordenando a reposição da legalidade. Como há vários muros não percebe quais os que estão ilegais, e por isso vão ter que ser vistos os outros prédios (n.º 6, 8 e 12). A notificação diz que têm 90 dias para repor a legalidade. Terminou combinando com a munícipe uma visita ao local para ver as outras situações que têm que ser corrigidas.



## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

*“Cumprimentar os presentes, público, Srs Vereadores, Sra Presidente...”*

- *Escola do Pilado – O Sr. Vereador, na última reunião, afirmou que da lista dos 29 pontos faltam resolver 2 questões, e a informação que tinha é que a escola estaria concluída no início das aulas. – A minha questão é: está de facto tudo concluído?*
- *Escola das Trutas – há 15 dias, no dia da reunião, o Sr. Vereador informou que as obras estavam a decorrer, apesar de terem parado uns dias... Passados 15 dias pergunto quando estarão as obras concluídas Sr. Vereador? Continuo a ser informada, e o Alexandre reforçou aqui hoje, que está lixo em volta da escola... E as areias? Eu já questionei inúmeras vezes... Parece que não há empresas, pode ser que, como as reuniões são gravadas e transmitidas, alguém lá em casa oiça e tenha a bondade e a capacidade de resolver este problema á Câmara e principalmente á escola e que envie para cá uma proposta... E acho que há mais escolas nesta situação...*

*Sobre estas questões tenho de lamentar que as mesmas não tenham sido concluídas até ao início da escola. São situações que não são novas, já se arrastam há imenso tempo, e mesmo assim vêm prejudicar o início das aulas. Não consigo compreender como isto acontece... Mas não acontece uma vez ou duas, é tudo assim nesta Câmara... Nunca nada tem datas e nunca ninguém é responsável... São só imprevistos... E pronto, em vez de*



*darmos aos nossos alunos bem como a toda a comunidade escolar tranquilidade no início do 1º período, temos obras a decorrer e as escolas completamente de pantanas...*

- *Gostaria de questionar quando é que a Rua Aníbal Bettencourt, em S. Pedro de Moel, está concluída e é aberta ao trânsito? Relembro que a cratera, como ficou conhecida, foi aberta a 10 de dezembro do ano passado... Já passaram 9 meses... na altura fiquei com a ideia de que o Sr. Vereador havia dito que a situação se resolveria brevemente...*

*A agravar a situação está o facto de pessoas terem sido já multadas porque passam na rua... turistas ... mais uma situação que não abona a favor do turismo da região...*

*Affs e Caffe – infelizmente as actividades de acompanhamento à família não se iniciam hoje como aliás já foi amplamente falado aqui hoje! Se estou admirada – infelizmente não! Quero afirmar que estou inteiramente do lado dos pais e das famílias! A minha indignação é a vossa!*

*Infelizmente, tal como vem sendo habitual nesta Câmara, é tudo tratado em cima do joelho e o resultado está á vista! Não foi por falta de recomendações nem por falta de comparecermos a todas, todas as reuniões extraordinárias, que este processo está como está! O início do concurso a 9 de julho, quando a escola abre em Setembro, é tardíssimo! Adjudicaram o serviço a 24 de agosto e em 3 semanas a empresa tinha de contratar recursos humanos!! Pergunto se a Câmara consegue contratar alguém em 3 semanas? Nem em 3 meses!*

*Já houve anos de sucessivos imprevistos suficientes para que isto não acontecesse! Neste momento devíamos estar a definir os festejos de natal e fim de ano e ainda estamos a falar do início das aulas que já iniciaram hoje, iniciaram mas sem condições!! De certeza que daqui a três meses estamos aqui, reunidos a esta mesa, numa reunião extraordinária, a deliberar sobre os festejos de natal, às pressas, sob pena de não haver nenhuma empresa e não haver luzes e música e festividades! Há quase um ano que é assim! Em tudo! Natal, fim de ano, festas da cidade, patrocínios das festas da cidade, apoios, início de ano lectivo, refeições, é tudo assim, tudo á pressa, sob pena de não termos nada!! Que é o que temos hoje! Nada! Na última reunião questioneei se aprendemos alguma coisa com o que aconteceu no ano lectivo anterior, se o concurso foi lançado a tempo, a resposta foi que sim, que o caderno de encargos estava melhor, não temos é empresa! Volto a questionar que confiança têm os pais neste serviço? Que solução têm os pais? Que solução apresenta esta Câmara municipal aos pais? E mais, uma vez que a vereadora, na reunião de 3 de setembro, garantiu que a empresa estaria operacional dia 17, os pais não procuraram outra solução! Para além de que os encarregados de educação ainda não sabem sequer se os filhos têm este apoio porque as listas ainda não saíram e não há vagas para todos! Agora pergunto, a culpa é da empresa? Teria a empresa tempo para em menos de uma semana contratar licenciados? Quando é que a empresa vai começar o trabalho? É que o aviso da Câmara publicado sexta-feira às 18 h, repito sexta-feira às 18 horas, onde a Câmara responsabiliza a empresa, o que eu acho espantoso, não diz quando o serviço inicia! Por isso pergunto quando começa este serviço?*

*Quero terminar deixando um conselho ou uma recomendação: acho que devia ser feito um calendário, entre vereadores e técnicos, com o agendamento daquilo que são os eventos anuais, aqueles que todos já sabemos as datas, aqueles que acontecem todos os anos e agendar com tempo para imprevistos o lançamento dos concursos, talvez assim, com planeamento e datas definidas, as situações não fossem todas tratadas á última hora! “*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Patrícia Jorge cumprimentou todos os presentes, a Sr.<sup>a</sup> Presidente, os colegas Vereadores, o público presente e aquele que assiste a esta transmissão, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

**“1. AAAF e CAF**

*Iria começar por falar sobre as AAAF's e CAF's, contudo, em face do que já foi falado nesta reunião, parece-nos que de futuro todo o processo tem que ser feito com maior antecedência, afinal, se o serviço foi adjudicado em 24/08, está demonstrado que deveria ter sido mais cedo, pois estes problemas imprevisíveis não podem comprometer o início do ano letivo. Mas os problemas de início de ano lectivo não se esgotam aqui....*

**2. Escola de Trutas**

*As obras ainda estão por concluir?*

**3. Escola de Pilado**

*Ponto situação da EB1 de Pilado. Temos conhecimento de que as obras ainda não estão concluídas e se mantém no espaço escolar produtos tóxicos, material de obra e instrumentos de trabalho que põem em causa a segurança das crianças.*

**4. Qual o ponto de situação do processo das águas não balneares de S. Pedro de Moel e Vieira de Leiria? (o que se pretende saber é quais os resultados dos relatórios das análises feitas às águas em data posterior a 2 de agosto pela autoridade de saúde pública, isto é, se a Câmara Municipal tem tido acesso aos resultados destas análise e se as mesmas foram feitas? Se sim, quantos relatórios?)**

**5. Qual o ponto de situação dos diferentes problemas que coloquei sobre S. Pedro de Moel?”**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:**

- D. Cesaltina – já a conhece há 5 anos e a situação continua por resolver.
- Sr. Daniel – em relação às obras para a mudança da Conservatória, a Sr.<sup>a</sup> Presidente disse que teve a informação hoje mesmo de manhã, mas já não vai ser este ano. Vai-se adiando de ano para ano.
- D. Vanessa – não conhecia a situação, mas parece-lhe que é um problema com “barbas”.
- Sr. Alexandre Silva – abordou questões muito dolorosas como são as questões escolares.

**Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

**“1. FELICITAÇÕES (RECONHECIMENTO PÚBLICO DE MÉRITO)**

*1.1 Felicito o jovem marinhense Isaac Santos, por ter tido a melhor classificação nacional na entrada da Universidade. Acabou o secundário com média final de 20 valores e conseguiu ter a mesma pontuação nos exames nacionais de Matemática A e de Físico-Química. Entrou em Engenharia Aeroespacial no Instituto Superior Técnico.*

1.2 *Felicitar os nadadores do Desportivo Náutico da Marinha Grande pelos pódios no Campeonato Nacional de Juvenis e Absolutos. Viktor Kot, foi medalha de prata nos 200 metros costas e terceiro classificado nos 50 e 100 metros costas e a Giovanna Vargas nos 200 metros mariposa*

## **2. MUNÍCIPES**

*É nosso dever questionar sobre problemas que os munícipes nos dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para lhes dar conhecimento.*

2.1. *Os três campos relvados continuam impraticáveis. Tenho conhecimento que o ACM volta a não ter campo para treinar. O que se passa? A Sra vereadora já encontrou uma solução?*

2.2. *Recebemos um mail duma empresa Pedro Bernardo Estruturas e Moldes Lda, solicitando respostas da Câmara. Esta empresa sedada na Moita teve de mover-se para Pataias por ter necessidade de crescimento e não ter espaço na Moita. No entanto, por pretender voltar para o nosso concelho, apresentou em Março do ano passado um processo de licenciamento. Em junho tentou proceder ao levantamento da licença e pediu esclarecimentos à Câmara. Pelo que entendemos da carta da empresa, a Sra Presidente já esteve no local, mas “3 meses volvidos ainda não obteve qualquer resposta”.*

*O que se passa, porque não se responde a esta empresa que quer voltar para o nosso concelho, e está confrontada com faltas de respostas da câmara?*

2.3. *O munícipe Alexandre Costa reclama da estrada que liga a Escoura à estrada da Vieira estar fechada com os blocos de cimento que impedem a passagem. Sabemos que as estradas da mata estão fechadas sem aparente razão, mas esta em particular é uma estrada de passagem, de ligação quotidiana para as pessoas.*

*O que pede o munícipe, e com razão, e eu reforço aqui, é que dada a excelente relação da Sr.ª Presidente com o Sr.ª presidente do ICNF, interceda junto dele, para reavaliarem o perigo que existe nesta estrada, e possam abri-la.*

2.4. *Tenho um pedido a fazer à Sra Presidente*

*No largo em frente à Capela da Garcia existe uma árvore com mais de 200 anos, dizem os locais que é árvore mais antiga da Garcia. No fim-de-semana de 29 de setembro realizar-se-á a festa anual em que o palco será colocado debaixo da árvore, portanto andarão muitas pessoas ali por debaixo. Esta árvore tem braços secas que vão caindo, tal como se pode ver nalgumas que lá estão. Seria extremamente perigoso que uma dessas braços caísse no dia da festa. Assim, e por solicitação de vários munícipes, peço à Sra Presidente que durante esta semana, solicite a alguém que vá cortar as braços secas. Entendam que não estou a dizer cortar a árvore, nem sequer podar, porque não é a altura. Mas se precisar de alguma ajuda, por favor contacte a comissão de festas.*

## **3. ASSUNTOS DIVERSOS**

3.1. *Obra de arte pública alusiva aos valores da 1ª República / Escola Primária Velha Vieira*

*Em junho um grupo de cidadãos apresentou este projeto, que deu entrada na Câmara a 5 de Julho. Manifestaram então a intenção que fosse inaugurado a 5 de Outubro.*

*Qual o ponto de situação?*

3.2. *Sobre o problema das questões escolares, o MPM andou, desde janeiro, nas sucessivas reuniões, a solicitar que estes procedimentos fossem desencadeados cedo, para que o início do ano letivo começasse com toda a tranquilidade. Recordo apenas a reunião de 25 de Junho, que poderão ler na ata ou ver no vídeo da reunião, onde a vereadora Ana Monteiro*

*questiona sobre as obras da Escola do Pilado e sobre a programação do ano letivo, incluindo a contratualização das refeições, das AAAC, CAF e alteração da tipologia das atividades, aumento de RH e aumento da qualificação. Termina a intervenção dizendo “de modo a que não se chegue a 30 de agosto para uma decisão em cima da hora”. Portanto não foi por falta de aviso do MPM.*

*Hoje de manhã fui ao JI das Trutas. Pude constatar que as obras não estão ainda terminadas, o telhado está por acabar, com as caleiras por colocar. Por trás, no espaço de recreio das crianças está montado um estaleiro de obras, onde, naturalmente as crianças não podem brincar, aliás nem ali nem mais nenhum espaço. Existem duas salas com 25 crianças em cada, mas só existe uma educadora, que não sabe o que fazer com as 50 crianças. Ouvi a preocupação duma mãe sobre a que horas devia ir buscar a filha, ao que foi dito tinha de ser às 15h30 porque não há AAAF (Atividade de Animação e Apoio à Família), e a senhora respondeu: “mas a essa hora eu não posso vir buscar a minha menina porque estou a trabalhar”*

*A contratualização das AAAF e CAF foi um processo iniciado tardiamente e mal conduzido, não lhe sendo dedicado o tempo suficiente. Se a vereadora da educação tivesse feito o procedimento com antecipação, dedicando mais tempo ao assunto (dado que é vereadora a tempo inteiro) ao invés de despende-lo numa outra atividade privada durante o Verão, teríamos a certeza dum arranque de ano letivo sem percalços.*

*Sobre este assunto li nas redes sociais: “É imperioso pugnar por um planeamento cuidado e criterioso para o cumprimento de todas as responsabilidades e a execução atempada de todos projetos.” Podia ter sido eu a escrever isto, como formador da área do planeamento e organização de trabalho. Mas não fui, foram as pessoas ligadas à Sra. Presidente e aos vereadores com pelouros, por isso entendi que é um ato de contrição, o assumir que este executivo permanente é incapaz de planear e como bem dizem “executar atempadamente”.*

*Ainda na reunião passada tinha afirmado que é preciso fazer, no tempo certo, o que se tem revelado impossível neste executivo permanente. Ora, isto é o limite dos limites, a extrema manifestação da incapacidade deste executivo permanente em cumprir as suas obrigações, em especial as da área da educação.*

*É lamentável que a situação tenha chegado a este ponto”.*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Por que razão há uma empresa que se quer instalar no concelho e está à espera de resposta da Câmara?
- Por que ainda não obteve resposta aos seus requerimentos? Se não houver resposta apresentará queixa.
- Parabéns – fez suas as palavras do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

**Seguidamente, e tendo em conta que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*“Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Presidente,  
Exm<sup>os</sup> Srs. Vereadores,  
Caros Municípes.*

*O assunto de momento é por todos conhecido e tem a ver com a questão das AAF'S e das CAF'S, portanto, tempos livres das crianças que frequentam as Escolas sob a tutela do Município da Marinha Grande. E vou, naturalmente, por ele começar.*

*Como sabem hoje, dia 17 de Setembro de 2018, o ano lectivo deveria ter aberto normalmente, sem sobressaltos, mas não foi isso que aconteceu! Mercê de uma clara incompetência do Executivo Permanente (isto é, da Srª Presidente e Vereadores com Pelouros), o que está a suceder no nosso Concelho é tudo menos normal!*

*Mercê de um total desleixe, irresponsabilidade e incompetência, não foi possível à Câmara assegurar um serviço que é imprescindível aos pais e encarregados de educação.*

*Já com as Refeições Escolares tudo foi mal conduzido o que originou que as refeições só estejam garantidas até Dezembro, havendo necessidade de abrir novo concurso para as adjudicar com tudo o que de negativo isto acarreta para a qualidade dos serviços prestados!*

*Julgo que estes episódios, estes tristes e graves episódios, são apenas o culminar de uma série de situações, de uma série de outros tristes episódios, que se vivem neste momento na Câmara e no Concelho, bem demonstrativos da total incapacidade e incompetência dos eleitos do Partido Socialista em gerir os destinos do nosso Concelho.*

*Senão, vejamos:*

*- Os relvados do Estádio Municipal: chegaram ao estado a que chegaram, porquê? Porque, pese embora todos os avisos e mais alguns que foram feitos ao Executivo Permanente, isto é, a quem efectivamente gere os nossos destinos, nada fizeram! Não houve manutenção, e os relvados "morreram"! Resultado, milhares de euros de prejuízo para o erário público (pagamos todos nós), e criaram inúmeros problemas aos Clubes que necessitam daqueles relvados para jogar e treinar! Portanto: INCOMPETÊNCIA.*

*- E as obras nos sintéticos? Para quando o seu término? Já está tudo atrasado novamente!*

*- É recorrente a vinda de dirigentes desportivos, dirigentes associativos, munícipes, às reuniões de Câmara, queixando-se não só de problemas que persistem, subsistem, sem resolução á vista, como da ausência de respostas por parte da Srª Presidente! Respostas a simples mail's... Não existem! É um total desrespeito pelos munícipes, dirigentes associativos e desportivos! Nós sabemos que há problemas que "Roma e Pavia não se fizeram num dia" mas este executivo já está ao leme da autarquia há quase um ano! E ainda não resolveu nada! Nem começou sequer a resolver nada! É só encrencas! Só encrencam! Só emperram! É constrangedor estar aqui, como Vereadora, e ser uma luta constante para que este Executivo seja amigo dos Munícipes! Vejam: só com muito empenho dos vereadores da CDU (e também, em muitos casos, do MPM), tem sido possível corrigir algumas decisões que este Executivo pretende levar a efeito sempre em prejuízo dos Munícipes! Mas nós só aqui vimos de 15 em 15 dias! Não estamos cá em permanência! Não temos ao nosso serviço Juristas, Financeiros, Engenheiros, Técnicos Superiores, etc!*

*Portanto, o que efectivamente se passa, é uma incrível falta de liderança, de competência e de estratégia!*

*Perguntamos: passado um ano, porque não temos ainda os projectos da Piscina e do Mercado? Dois anseios da população e que o PS teima em não resolver? É por culpa da Oposição??? A Oposição alguma vez chumbou ou se opôs a que os projectos do Mercado e da Piscina avancem??? Então a culpa é de quem? É vossa! Porque não fazem as coisas andar!*

*E o gravíssimo problema com a Água no Concelho! Precisamos de resolver o problema da Adutora e não aparece nada nesse sentido por parte do Executivo Permanente! Este ano S. Pedro de Moel ficou sem água várias vezes no Pico do Verão, em dias de calor insuportável, o que é de extrema gravidade! A todos os níveis!*

- *E a preparação das nossas praias para a época balnear??? Uma lástima!*

- *Os passeios e as ruas no Concelho estão num estado lastimoso, as árvores não são podadas, parece que não há brio, não há gosto em transformar o Concelho num local aprazível e com segurança, até, para se viver! Munícipes a caírem seja a pé seja nos buracos das estradas... Onde é que isto já viu???*

- *E a nossa Zona Industrial? O seu mais que imperativo ALARGAMENTO? (para já não falar do estado deplorável em que se encontra às portas de mais uma semana dos Moldes!)* Tivemos um incêndio devastador que podia servir, ao menos, para que a Srª Presidente EXIGISSE DO GOVERNO que desbloqueie esta situação e NADA ACONTECE! A Srª Presidente parece que tem medo de afrontar o seu Governo do PS e o que faz? Em vez de sermos compensados pelo facto de termos sido espoliados durante anos do rendimento de milhões de Euros que o nosso Concelho gerou através da Mata, ainda pagamos ao ICNF, isto é, ao Estado, as tranquetas para fecharem a Mata ao Povo! Passado um ano do incêndio do Pinhal do Rei, o ESTADO não investiu UM CÉNTIMO no Pinhal! E o que faz a Srª Presidente? NADA! Show Off com Bandeiras, com as criancinhas, Primeiro Ministro a plantar uma árvore, criação de um Observatório que nem fundos recebe do Estado, um Observatório que não funciona porque quem o lidera – a Srª Presidente – nada faz para que funcione...

Mais: a Srª Presidente fica indignada e fica contra os vereadores da CDU e do MPM por exigirem do ICNF (Estado) soluções concretas e concreto investimento! Tal sucedeu na reunião havida nesta Câmara com o Sr. Presidente do ICNF, em que nós lhe dissemos o que estava entalado na garganta de todos os Munícipes deste Concelho e a Srª Presidente ficou muito incomodada... connosco!

- *E as obras nas Escolas? Com promessas sistemáticas do Executivo Permanente de que tudo é feito em tempo e o que assistimos é exactamente o contrário! Trutas, Pilado (esta no âmbito do Orçamento Participativo de 2016!), ainda por concluir e com problemas graves de Segurança! Eu visitei recentemente ambas! A semana passada, antes da abertura do ano lectivo! Falei com quem por lá andava e se vos disser o que apurei dir-me-ão que não acreditam! Nas Trutas, fiquem a saber que o empreiteiro tinha colocado material de qualidade superior (na óptica dele, naturalmente, mas pareceu-me muito consciente do que estava a dizer), que a Câmara mandou RETIRAR e colocar outro de qualidade menor! O que ele me disse é que daqui a um ano ou dois os problemas voltarão...*

No Pilado, quer o anterior executivo quer este Executivo, fez com que as crianças passassem um ano lectivo inteiro a conviver com materiais de construção, material eléctrico, tintas, ferramentas, diluente, enfim, tudo o que se possa imaginar, sem falar nas aulas que tiveram que ter na cantina. Estamos a falar de uma Obra que deveria ter sido concluída em Setembro de 2017! Pois estamos em Setembro de 2018 e ainda não está concluída! E se bem se lembram, ainda numa das últimas reuniões, á pergunta da Srª Vereadora Lara Lino sobre se podia descansar os pais que o ano lectivo iria começar sem obras, o VEREADOR CAETANO respondeu que sim! Mas NÃO! Eu estive lá e vi! E os pais indignam-se com a falta de palavra de quem lhes promete o que não cumpre...

As Associações de Pais têm sido incansáveis, prontas a ajudar! Fiscalizam as obras, avisam atempadamente a Câmara para os problemas que existem no decurso das mesmas mas...nada acontece! E nesta obra já existem defeitos que colocam em causa a segurança dos miúdos! Mas a Câmara...nada faz!

Portanto, bateu no fundo! Isto bateu no fundo! É que já nem gerir o dia a dia estão a conseguir! Aos eleitos com Pelouro exigia-se que melhorassem o Concelho! Bom, já vimos que melhorar, não conseguem de todo! Antes pelo contrário! Mas já nem sequer conseguem

*gerir o dia-a-dia, ao menos assegurar a gestão corrente! Esta questão das refeições e dos tempos livres, demonstra isso mesmo!*

*Aliás, é o próprio PS quem o afirma! Na sua página de Facebook, o Sr. Nelson Araújo (qual Olívia Patroa/Olívica Costureira) afirma: “é imperioso pugnar por um planeamento cuidado e criterioso para o cumprimento de todas as responsabilidades e a execução atempada de todos os projectos” – É até surreal vindo do Chefe de Gabinete da Srª Presidente... Parece que não tem nada a ver com isto... E tem, naturalmente!*

*Concluindo: Sabem qual é a sensação que temos?*

*É que, com a eleição da Srª Cidália Ferreira e sua equipa, foi atado à cintura do nosso Concelho um cinto cheio de dinamite! E todos os dias, a Srª Presidente e os vereadores com pelouro, vão carregando um bocadinho no detonador!*

*Até que um dia, este Concelho estoire...*

*Perguntamos: é isto que os Marinhenses, Vieirenses e Moitenses querem?  
Julgamos que não!”*

**Seguidamente a Sr.ª Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte:**

- Aquilo que diz respeito às suas áreas são as obras das escolas, pelo que convidou todos a visitá-las em conjunto, até para verificar qual é o material de qualidade inferior que foi colocado, porque não conhece a situação.  
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que já lá foi e não precisa de lá voltar.  
O **Sr. Vereador** disse que o convite está feito. Em relação aos relvados sintéticos informou que as obras estão em andamento, e ainda hoje confirmou a um dirigente desportivo a abertura para 23 de setembro. Sobre os relvados a data sempre foi para outubro.  
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** questionou quando terminam as obras das Trutas e do Pilado.  
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** disse que não tem uma data para o Pilado, porque ainda faltam duas bancadas nas salas de aula e a cobertura da pérgula. As Trutas terminam quarta-feira.

**A Sr.ª Vereadora Célia Guerra informou o seguinte:**

- Em 21 de junho começou o processo das CAF's e AAAF's.
- Em 20 de julho foi lançado o procedimento. Reconhece que talvez tenha sido tarde.
- Em 24 de agosto foi feita a adjudicação. A empresa que disse que não estava concluído talvez tenha sido porque houve uma reclamação a 4 de setembro.

Os **Srs. Vereadores** protestaram, porque não percebem: então a adjudicação é feita a 24 de agosto e depois ainda há uma reclamação, a 4 de setembro?

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que a empresa colocada em segundo lugar reclamou em 4 de setembro contra os documentos apresentados pela empresa a quem foi feita a adjudicação.

Em relação aos relvados, a **Sr.ª Vereadora** informou que espera que o relvado n.º 2 possa ser utilizado na próxima semana.

- Sobre as suas férias, disse que não esteve a exercer nenhuma atividade privada, mas sim a ajudar a sua mãe e o seu pai, que é aquilo que faz desde sempre nas suas férias. Tem muito orgulho nas suas origens. E mesmo assim só não veio à Câmara um dia, porque em todos os outros dias o fez.  
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que a Sr.ª Vereadora podia ter feito tudo isso, só que tinha que abrir o concurso a tempo.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** insistiu na resposta à sua questão: quando é que o problema estará resolvido?

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que já respondeu ao Sr. Alexandre Silva, e o compromisso é o dia 24 de setembro.

As **Sr.ªs Vereadoras Alexandra Dengucho e Lara Lino** disseram que não lhes parece que se consiga.

A **Sr.ª Presidente** disse que também lamenta que não tenha sido possível começar as AAAP's e CAF's no dia 17 de setembro. Referiu que até se poderia ter começado, mas a Câmara assumiu que queria cumprir o caderno de encargos para evitar os problemas que ocorreram no passado.

Seguidamente voltou a referir o que se passou com o concurso, a contratação de mais pessoas, com a integração dos precários, e a exigência dos requisitos por parte da Câmara. Os procedimentos estão a decorrer e a Câmara tudo fará para resolver a situação e ter as atividades na próxima segunda-feira.

- Águas balneares – a **Sr.ª Presidente** informou que as análises estão a ser feitas pela Unidade de Saúde e também por uma empresa contratada pela Câmara. Sobre o Rio Lis está a ser feita a monitorização em conjunto com a Câmara de Leiria. No que respeita ao Ribeiro de S. Pedro a situação está a ser acompanhada com análises semanais, para se perceber a origem do problema. A CMMG está a trabalhar em conjunto com a Unidade de Saúde Pública.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu à Sr.ª Presidente as análises.  
A **Sr.ª Presidente** disse que as análises são públicas, mas que as vai enviar.
- Tomou nota das braças da árvore na Garcia e vai pedir aos serviços para irem lá.
- Em relação à empresa Pedro Bernardo, informou que no dia 13 de junho foi notificada para pagamento das taxas da emissão do alvará, e os serviços dizem-lhe que desde aí o município não fez qualquer outro pedido.  
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que sabe o que se passou. O município achou a taxa alta e quer saber o que a Câmara vai fazer com ela.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que a Sr.ª Presidente não lhe respondeu a tudo.  
A **Sr.ª Presidente** informou que já lhe respondeu, e que as outras respostas lhe serão dadas depois.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** insistiu na resposta à questão do monumento de homenagem à escola primária, a colocar na Vieira.
- A **Sr.ª Presidente** informou que foi pedido um parecer à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, sobre a localização, que se aguarda.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



A **Sr.ª Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia e interrompeu a reunião das 16:25 horas às 16:55 horas, para intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **ORDEM DO DIA**

#### **CÂMARA**

##### **1. Aprovação da ata n.º 29, da reunião ordinária do dia 03 de setembro de 2018**

844 - Presente a ata n.º 29, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 03 de setembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

##### **2. Aprovação da ata n.º 30, da reunião extraordinária do dia 10 de setembro de 2018**

845 - Presente a ata n.º 30, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10 de setembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, por não ter estado presente na reunião.**

##### **3. Água imprópria para banhos - Ribeiro de S. Pedro de Moel e Foz do Rio Liz, na Praia da Vieira - Pedido de colaboração da Autoridade de Saúde Pública - Inquérito disciplinar**

846 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Na reunião camarária realizada no passado dia 13 de agosto de 2018, no período antes da ordem do dia, foram suscitadas pelos Senhores Vereadores da oposição, várias questões relacionadas com a alegada falta de atuação desta Câmara Municipal perante o alerta e pedido de colaboração da Autoridade de Saúde Pública da Marinha Grande, datado de 2 de julho de 2018, para que fossem colocados avisos de “água imprópria para banhos”, quer junto à Foz do Rio Lis, na Praia da Vieira, quer junto da Ribeira da Praia de S. Pedro de Moel, conforme se registou na respetiva ata n.º 27, a folhas 15 a 18.

Nessa discussão, foi mencionado e lido o e-mail da Unidade de Saúde Pública da Marinha Grande, enviado em 2 de julho de 2018 para o endereço eletrónico geral da Câmara Municipal (geral@cm-mgrande.pt) e para o e-mail de serviço ([presidente@cm-mgrande.pt](mailto:presidente@cm-mgrande.pt)), do seguinte teor: “Para os devidos efeitos, com a celeridade que o assunto justifica, junto se envia digitalização do n.º ofício nº 319 datado de 02/07/2018 e relatórios de Análise nº 1184 e 1188, sobre as inconformidade da Praia da Vieira (RIO LIS - FOZ) e Praia de S. Pedro de Moel (RIBEIRO DA PRAIA).”

O mencionado ofício n.º 319 foi lido naquela reunião camarária, tal como foi igualmente lida a resposta dada via e-mail de 02-07-2018, pela ARH-Autoridade Regional Hidrográfica do Centro, à Unidade de Saúde Pública.

A Câmara Municipal deliberou nessa mesma reunião de 13-08-2018 “enviar à Divisão Jurídica a abertura de inquérito tendo como objeto a informação datada de 02 de julho, para aferir as responsabilidades.”.

Considerando, que:

1. O regime jurídico do exercício do poder disciplinar tem a sua sede nos artigos 176.º a 240.º a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, adiante designada apenas por LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão mais recente;
2. Só os trabalhadores com vínculo de emprego público, em qualquer das suas modalidades, estão sujeitos, desde a constituição desse mesmo vínculo, ao poder disciplinar consagrado neste diploma legal - n.ºs. 1 e 3 do art.º 176.º da LTFP;
3. A LTFP não é aplicável aos Gabinetes de Apoio aos membros dos Órgãos das Autarquias Locais, conforme resulta do art.º 2.º, alínea a), conjugado com o n.º 2 do art.º 1.º da LTFP;
4. O processo de inquérito destina-se a apurar factos determinados, razão pela qual este procedimento especial só deve ser aberto quando ainda não haja conhecimento da prática de infração mas a mera suspeita da mesma, visando-se esclarecer se determinados factos ocorreram ou não e quem são os seus autores - n.º 2 do art.º 229.º, da LTFP;
5. Concluindo o inquérito pela prova de que os factos indicados foram efectivamente praticados e pela individualização dos seus autores, é depois, através do processo disciplinar que é efetivada a responsabilidade dos agentes indiciados nas respetivas conclusões, os quais só podem ser, trabalhadores com vínculo de emprego público;
6. A deliberação que ordena a instauração de processo de inquérito deve designar o respetivo inquiridor escolhido, preferencialmente, de entre trabalhadores com adequada formação jurídica - artigos 208.º, n.º 1 e 195.º, n.º 3, da LTFP,

**Nestes termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 229.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), a Câmara Municipal delibera ordenar a instauração de processo de inquérito que tem por objeto a identificação de eventuais factos disciplinarmente puníveis, ocorridos no âmbito do pedido de colaboração efetuado pela Unidade de Saúde Pública, no seu e-mail de 02-07-2018 e no ofício n.º 319, da mesma data, que o acompanhou (n.º 2 do mesmo art.º 229.º).**

**Mais delibera designar inquiridora a Dr.ª Fernanda Oliveira, técnica superior com formação jurídica, nos termos conjugados dos artigos 195.º, n.º 3 e 208.º, n.º 1, da LTFP.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**4. a) Serviço de recolha seletiva prestado pela Valorlis, S.A. – Posição do Município de Ourém**

Presente o ofício remetido pelo Município de Ourém, com o registo E/7902/2018, de 03 de setembro, que dá conta da posição tomada por aquela autarquia relativamente à carta da empresa Valorlis, S.A. sobre o serviço de recolha seletiva e tratamento de resíduos.

**A Câmara tomou conhecimento.**

**4. b) Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF CL) – declaração de voto da CIM Leiria**

Presente e-mail do Município de Pombal, remetendo a Declaração de Voto da CIM Leiria na aprovação do Parecer da Comissão de Acompanhamento do Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF CL), assim como a posição do Município da Marinha Grande e da Batalha.

**A Câmara tomou conhecimento.**

**FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

**5. Resumo de Tesouraria do dia 11 de setembro de 2018**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia onze de setembro de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **15.484.437,95€** (quinze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete euros e noventa e cinco cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

**6. P.A. N.º 85/2018-AP/DISU – “Serviços de vigilância dos estaleiros municipais” - Adjudicação**

847 - Presente o processo de aquisição nº 85/2018 – AP/DISU, realizado de acordo com deliberação camarária de 24 de Agosto de 2018, no qual se propõe a adjudicação dos **“Serviços de vigilância dos estaleiros municipais”, para o período de 36 meses**, à proposta apresentada pelo concorrente 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA, pelo valor global de 172.659,60€ (cento e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Face ao exposto e depois de analisado o processo de aquisição n.º 85/2018-AP/DISU - “*Serviços de vigilância dos estaleiros municipais*”, para o período de 36 meses, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do relatório final e adjudicar o P.A. N.º 85/2018-AP/DISU - “*Serviços de vigilância dos estaleiros municipais*”, para o período de 36 meses, à proposta apresentada pelo concorrente 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA, pelo valor global de 172.659,60€ (cento e setenta e dois mil seiscientos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais delibera proceder à aprovação da minuta do contrato, em anexo, de acordo com o artigo 98.º, nº1, do Código dos Contratos Públicos e designar como gestora do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, a trabalhadora Luciana Esteves, a qual será substituída nas suas faltas ou impedimentos pelo trabalhador Sérgio Silva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS**

### **7. Isenção do pagamento de taxas**

848 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

O **Clube Recreativo Amieirinhense**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras no dia 29 de setembro de 2018;

Presente a informação nºs 66/SN de 12 de setembro de 2018, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar o Clube Recreativo Amieirinhense do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença para utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras no dia 29 de setembro de 2018.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **OBRAS PÚBLICAS**

### **8. “Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita – Concurso público n.º 05/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra**

849 - Presente Plano de Segurança e Saúde apresentado pela firma adjudicatária “ARLINDO LOPES DIAS, UNIPessoal, Lda”, para a execução da obra “REQUALIFICAÇÃO/ AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DA MOITA”.

Presente informação da DISU, com a ref.ª PG30/2018, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do artigo 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª PG30/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO/ AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DA MOITA”, adjudicada à firma “ARLINDO LOPES DIAS, UNIPessoal, Lda”, ao abrigo do disposto no art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

### **9. Requalificação da rua e travessa do Mirante - Concurso público n.º 17/2018 – Adjudicação**

850 - A Sr.ª Presidente Cidália Ferreira apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Requalificação da rua e travessa do Mirante”, em que se integram os relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente Delfim de Jesus Martins & irmão, Lda, pelo valor de 206.905,25€ (duzentos e seis mil, novecentos e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 120 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Requalificação da rua e travessa do Mirante” à proposta apresentada pelo concorrente Delfim de Jesus Martins & irmão, Lda, pelo valor de 206.905,25€ (duzentos e seis mil, novecentos e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 120 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Delibera ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.

**Mais delibera designar como diretor de fiscalização o eng.º Luis Silva, que será coadjuvado pelo eng.º Antero Faria, nos termos do artigo 344.º, n.º2, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**10. CP 18/2018 - Requalificação dos Blocos L/M de habitação social e dos 36 fogos Casal de Malta - Marinha Grande. Ratificação de despacho.**

851 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Despacho n.º 377/2018, de 11 de setembro, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:

*Por deliberação camarária, de 13 de agosto passado, foi determinada a realização do procedimento de concurso público com vista à adjudicação da empreitada com o objeto identificado em epígrafe.*

*Posteriormente, foi detetado que o mapa de quantidades do projeto de execução inclui referências a marcas, sem menção à expressão “ou equivalente”, o que deve ser corrigido sob pena de afetar a validade da adjudicação e do próprio procedimento.*

*A publicitação do procedimento deve incluir o mapa de quantidades devidamente retificado e que se conforme com as exigências legais.*

*Considerando que a obra é objeto de financiamento, o que implica o cumprimento dos prazos constantes do contrato de financiamento;*

*Tendo em conta que, estando marcada uma reunião da Câmara Municipal para a próxima 2.ª feira, dia 17 de setembro, não é justificada a marcação de uma reunião extraordinária;*

*Atendendo a que é urgente iniciar os trabalhos objeto da empreitada de forma a conferir aos inquilinos das frações a requalificar as adequadas condições de habitação;*

*Considerando que a Câmara Municipal já aprovou, em 13 de agosto passado, o mapa de quantidades, limitando-se agora a retificar as incorreções dele constantes, não se procedendo a qualquer alteração quanto ao conteúdo dos trabalhos a executar, ao preço base ou a quaisquer outras condições de execução;*

*Decido, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o mapa de quantidades final, que se dá por integralmente reproduzido.*

*O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.*

**A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.**

**11. Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 1 - Concurso público n.º 14/2018 - Ratificação de despacho**

852 - A sr.ª Presidente Cidália Ferreira apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Despacho nº 382/2018, de 12 de setembro, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:

*Presente informação da DOT, com referência RV/11/2018, de 10 de setembro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe, na sequência da apreciação de uma lista de erros e omissões e a aprovação de um novo mapa de quantidades final, as peças desenhadas e a prorrogação do prazo de apresentação das propostas, sem alteração do preço base.*

*Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões;*

*Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;*

*Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;*

*Levando em conta que a “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 1”, constitui uma intervenção urgente, deve iniciar-se com a maior brevidade;*

*Decido, de acordo com o artigo 50.º, n.º 5, alínea b), do artigo 64.º, n.º 1 e artigo 130.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conformidade com a informação da DOT, com referência RV/11/2018, de 10 de setembro, na sequência de apreciação da lista de erros e omissões e esclarecimentos apresentada por um interessado, aprovar:*

*A) O mapa de quantidades final e peças desenhadas sem alteração do preço base;*

*B) A prorrogação do prazo de apresentação das propostas por três dias.*

*O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.*

**A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **12. Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 2 - Concurso público n.º 15/2018 - Ratificação de despacho**

853 - A sr.ª Presidente Cidália Ferreira apresentou a seguinte proposta de deliberação:

*Presente Despacho nº 383/2018, de 13 de setembro, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:*

*“Presente informação da DOT, com referência RV/12/2018, de 12 de setembro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe, na sequência da apreciação de uma lista de erros e omissões e a aprovação de um novo mapa de quantidades final e peças desenhadas sem alteração do preço base.*

*Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões;*

*Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;*

*Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;*

*Levando em conta que a “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 2”, constitui uma intervenção urgente, deve iniciar-se com a maior brevidade;*

*Decido, de acordo com o artigo 50.º, n.º 5, alínea b), do artigo 64.º, n.º 1 e artigo 130.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conformidade com a informação da DOT, com referência RV/12/2018, de 12 de setembro, na sequência de apreciação da lista de erros e omissões e esclarecimentos apresentada por um interessado, aprovar:*

*A) O mapa de quantidades final e peças desenhadas sem alteração do preço base;*

*B) A prorrogação do prazo de apresentação das propostas por três dias.*

*O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.”*

**A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

### **13. Req.º nº 1604/18, datado de 05/09/2018 - Proc.º n.º 255/18, datado de 03/07/2018 - Tubofuro - Tubos em PVC S.A.**

854 - Presente pedido com os registos n.º 1206/18 e 1604/18, datados de 03/07/2018 e 05/09/2018, respetivamente, relativos ao pedido de informação prévia referente à construção de um edifício destinado a **comércio, serviços e armazém** no prédio sito da rua Pires de Campos, Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 255/18, com data de entrada de 03/07/2018, apresentado por **Tubofuro - Tubos Em PVC S.A.**, com o NIPC 504 086 685, com sede na avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa;

Presente deliberação de Câmara datada de 13/08/2018, relativa ao pedido com o registo n.º 1206/18, informando não ser viável a proposta inicial por se verificar que os acessos viários pretendidos contrariam o disposto no artigo 39º do regulamento municipal de edificação e urbanização do município da Marinha Grande, conferindo ao requerente a faculdade de proceder, em sede de audiência prévia, à revisão e alteração da sua proposta;

Presente informação técnica, datada de 11/09/2018, que refere ter sido sanada, com os elementos entregues com o requerimento n.º 1604/18, em sede de audiência prévia, a questão relativa à acessibilidade viária ao logradouro do edifício proposto, propondo que se informe ser viável a proposta, condicionada a execução, pelo requerente, das obras de urbanização necessárias à requalificação das infraestruturas públicas viárias existentes no local;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**INFORMAR, nos termos do n.º 1 do artigo 16º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a**



redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, SER VIÁVEL a construção de edifício destinado a comércio, serviços e armazém no prédio sito na rua Pires de Campos, Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 255/18, com data de entrada de 03/07/2018, apresentado por Tubofuro - Tubos Em PVC S.A., com o NIPC 504 086 685, com sede na avenida do Brasil, n.º 1, 9.º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, ficando o deferimento do respetivo processo de licenciamento condicionado à requalificação das infraestruturas urbanas confinantes, para o que deverá, a par do respetivo processo de licenciamento, apresentar um processo de obras de urbanização, seguindo os pressupostos constantes da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, que assegure a execução da requalificação do arruamento público existente a nascente, e de passeio público, nos termos constantes no presente pedido, ao longo dos arruamentos confinantes a norte e a nascente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**14. Req.º nº 1331/18, datado de 19/07/2018 - Proc.º n.º 291/18, datado de 19/07/2018 - Rosa Maria Madeira Nunes Fernandes**

855 - Presente requerimento n.º 1331/18, registados em 2018/07/19, subscrito por **Rosa Maria Madeira Nunes Fernandes**, com o NIF 146130499, com residência na Rua dos Fornalistas, n.º 15, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 291/18, registado em 201/07/19, referente a pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e obra de construção de muros**, no prédio urbano sito na Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 17250, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14389.

Presente parecer técnico, datado de 2018/09/06, a indicar que o projeto de arquitetura se apresenta passível de aprovação com condicionalismos.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**1- DEFERIR**, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 291/18, registado em 2018/07/19, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e obra de construção de muros, a erigir no prédio urbano sito na Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 17250, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14389, apresentado por Rosa Maria Madeira Nunes Fernandes, com o NIF 146130499, com residência na Rua dos Fornalistas, n.º 15, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo de apresentar os seguintes elementos do projeto de arquitetura retificados ou completados:

**a) Memórias Descritivas e Justificativas:**

**- Página n.º 1, quanto à indicação do local da obra;**

- Pagina n.º 2, “Quadro de Áreas”, quanto à descrição da área do terreno;
- Páginas n.º 3 e n.º 5, quanto à descrição do comprimento dos muros a licenciar;
- indicação do material de revestimento das paredes das instalações sanitárias e cozinha, demonstrativo da adequação ao artigo 31.º do RGEU.

b) Planta de implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização do contador e recetáculo postal, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente infraestruturas.

c) Plano de acessibilidade, pagina n.º 1, quanto à identificação do requerente/local da obra.

2- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 16 m2, situada em parte da frente do prédio confinante com a Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3- Informar a interessada que devem apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**15. Req.º nº 1355/18, datado de 24/07/20185 - Proc.º n.º 5/18, datado de 11/01/2018 - Cesaltina Pedro Ferreira, Rui Jorge Ferreira Coelho e Afonso José Ferreira Coelho**

856 - Presente pedido com o registo n.º 1355/18, datado de 24/07/2018, relativo a **legalização de ampliação de um edifício destinado a habitação**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14470 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7392, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 5/18, com data de entrada de 11/01/2018, apresentado por **Cesaltina Pedro Ferreira**, com o NIF 125 689 640, residente na rua das Campainhas, n.º 8, **Rui Jorge Ferreira Coelho**, com o NIF 125 689 632, residente na rua do Azambuja, n.º 33, 3º Dto., e **Afonso José Ferreira Coelho**, com o NIF 174 980 310, residente na rua do Lamarão da Embra, n.º 54, todos na freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 19/07/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado;

Presente informação técnica, datada de 3/08/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 9/08/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliação de um edifício destinado a habitação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14470 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7392, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 5/18, com data de entrada de 11/01/2018, apresentado por Cesaltina Pedro Ferreira, com o NIF 125 689 640, residente na rua das Campaínhas, n.º 8, Rui Jorge Ferreira Coelho, com o NIF 125 689 632, residente na rua do Azambuja, n.º 33, 3º Dto., e Afonso José Ferreira Coelho, com o NIF 174 980 310, residente na rua do Lamarão da Embra, n.º 54, todos na freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Req.º nº 1147/18, datado de 21/06/2018 - Proc.º n.º 467/17, datado de 20/10/2017 - **SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.**

857 - Presente requerimento n.º 1147/18, datado de 2018/06/21, constante do processo camarário n.º 467/17, subscrito por **SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.**, com o NIPC 504583875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de edifício habitacional e muros de vedação**”, composto por dois fogos, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua da Fé, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20294 e inscrito na matriz sob o artigo número 20294-P.

Presente projeto de arquitetura referente à operação urbanística pretendida, aprovado por deliberação camarária datada de 2018/06/11.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/09/04, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “**Construção de edifício habitacional e muros de vedação**”, composto por dois fogos, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua da Fé, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20294 e inscrito na matriz sob o artigo número 20294-P, com o número de

processo 467/17, com data de entrada em 2017/10/20, apresentado por SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda., com o NIPC 504583875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 90,50m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Fé, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*IMPLANTAÇÃO e Projecto de Muro Frontal*”, com o número “N.º 1A”, datada de maio de 2018, entregue a coberto do requerimento n.º 928/18, datado de 2018/05/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Req.º nº 1529/18, datado de 23/08/2018 - Proc.º n.º 136/17, datado de 11/04/2017 - Guida Maria Letra Fontes Almeida, Paulo Fernando Caçador Fontes Almeida, José Letra Fontes, Liliana Isabel Fonseca Ramos, Maria Elisabete Letra Fontes, Fernando Manuel Letra Fontes e Ana Mónica Martins Pimenta Fontes

858 - Presente pedido com o registo n.º 1529/18, datado de 23/08/2018, relativo a **legalização de um edifício destinado a comércio ou serviços**, sito no n.º 8 da travessa do Areal, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3095 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5708-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 136/17, com data de entrada de 11/04/2017, apresentado por **Guida Maria Letra Fontes Almeida**, com o NIF 216 333 792, **Paulo Fernando Caçador Fontes Almeida**, com o NIF 204 944 953, ambos residentes na rua das Cavadinhas, n.º 31, Bloco B, R/C Direito, Tojeira de Picassinós, Marinha Grande, **José Letra Fontes**, com o NIF 196 891 060, **Liliana Isabel Fonseca Ramos**, com o NIF 201 271 710, ambos residentes na rua da República, n.º 26, Picassinós, Marinha Grande, **Maria Elisabete Letra Fontes**, com o NIF 216 347 440, residente na rua Damão, n.º 8, 1º Esq.º, Casal dos Ossos, Marinha Grande, **Fernando Manuel Letra Fontes**, com o NIF 198 488 157 e por **Ana Mónica Martins Pimenta Fontes**, com o NIF 212 403 290, ambos residentes na rua Gente da Vieira, n.º 37, Vieira de Leiria, todos representados pelo seu procurador, Joaquim Esperança Ferreira Pimenta, com o NIF 159 672 341, residente na rua N. Sr.ª das Necessidades, n.º 386, Regueira de Pontes, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 30/04/2018;

Presente informação técnica, datada de 07/09/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites;

Presente informação técnica datada de 11/09/2018, que atesta estar o processo em condições de ser deferido nos termos do disposto no artigo 23º do RJUE;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo de legalização de um

edifício destinado a comércio ou serviços, sito no n.º 8 da travessa do Areal, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3095 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5708-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 136/17, com data de entrada de 11/04/2017, apresentado por Guida Maria Letra Fontes Almeida, com o NIF 216 333 792, Paulo Fernando Caçador Fontes Almeida, com o NIF 204 944 953, ambos residentes na rua das Cavadinhas, n.º 31, Bloco B, R/C Direito, Tojeira de Picassinos, Marinha Grande, José Letra Fontes, com o NIF 196 891 060, Liliana Isabel Fonseca Ramos, com o NIF 201 271 710, ambos residentes na rua da República, n.º 26, Picassinos, Marinha Grande, Maria Elisabete Letra Fontes, com o NIF 216 347 440, residente na rua Damão, n.º 8, 1º Esq.º, Casal dos Ossos, Marinha Grande, Fernando Manuel Letra Fontes, com o NIF 198 488 157 e por Ana Mónica Martins Pimenta Fontes, com o NIF 212 403 290, ambos residentes na rua Gente da Vieira, n.º 37, Vieira de Leiria, todos representados pelo seu procurador, Joaquim Esperança Ferreira Pimenta, com o NIF 159 672 341, residente na rua N. Sr.ª das Necessidades, n.º 386, Regueira de Pontes.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 3 - De acordo com o disposto no artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**18. Req.º nº 509/18, datado de 13/03/2018 - Proc.º n.º 430/11, datado de 18/11/2011 - Nélio Pereira Lopes**

859 - Presentes requerimentos n.º 1818/17 e n.º 509/18, registados em 2017/10/24 e 2018/03/13, respetivamente, subscritos por **Nélio Pereira Lopes**, com o NIF 213291550, com residência na Rua do Vale, n.º 1, lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, do processo camarário n.º 430/11, referente ao pedido de **licenciamento de alterações do projeto de obra se construção de uma moradia e muros**, formulado na vigência do Alvará de Obras de Construção n.º 107/15, para o prédio rústico sito na Rua do Campo, no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 7, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5107.

Presente alteração apresentada pelo requerimento n.º 509/18, registado em 2018/03/13, em sede de audiência prévia, deliberada na reunião de Câmara Municipal de 2018/03/05.

Presente parecer técnico datados de 2018/09/04, que indica estar o projeto de arquitetura apto para aprovação.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

1- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido formulado pelos requerimentos n.º 1818/17 e n.º 509/18, registados em 2017/10/24 e 2018/03/13, respetivamente, do processo camarário n.º 430/11, relativo ao licenciamento de alterações do projeto de obra de construção de uma moradia e muros, formulado na vigência Alvará de Obras de Construção n.º 107/15, a erigir no prédio rústico sito na Rua do Campo, no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 7, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5107, apresentado por Nélcio Pereira Lopes, com o NIF 213291550, residente na Rua do Vale, n.º 1, lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande.

2- Informar o requerente do seguinte:

2.1- Deverá requerer o averbamento ao Alvará de Obras de Construção dentro do prazo de vigência do mesmo.

2.2- Mantêm-se as condições expressas no n.º 1, n.º 2, n.º 3 da Deliberação da Câmara Municipal de 2012/11/29.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**19. Req.º nº 1485/18, datado de 14/08/2018 - Proc.º n.º 338/18, datado de 14/08/2018 - Magentaluna Gestão Imobiliária, Lda.**

860 - Presente requerimento n.º 1485/18, datado de 2018/08/14, constante do processo camarário n.º 338/18, apresentado por **Magentaluna Gestão Imobiliária, Lda.**, referente ao **“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”**, a incidir sobre o prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14298 e inscrito na matriz predial rústica sob o número 10896, com a área de 3.202,00m<sup>2</sup>, localizado na rua das Rosas da Pedra de Baixo, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/08/31, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2018/08/31, a Câmara delibera DEFERIR a operação de destaque em referência, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, dado o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público.

Mais delibera mandar emitir a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**20. Req.º nº 1214/18, datado de 05/07/2018 - Proc.º nº 257/18, datado de 05/07/2018 - Simões Silva & Filhos, Lda.**

861 - Presente Processo Camarário n.º 248/98, referente à **“Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização”**, levada a efeito no prédio sito no lugar de Lameirão - Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 4/2000, datado de 16/05/2000, emitido em nome de **Simões Silva & Filhos, Lda.**, com posteriores alterações datadas de 11/07/2007 e 16/03/2011.

Presente requerimento n.º 1214/18, datado de 2018/07/05, constante do processo camarário n.º 257/18, subscrito por **Simões Silva & Filhos, Lda.**, com o NIPC 502041480, com sede em rua dos Vasos, n.º 5, lugar de Cruz d'Areia, freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, inerente ao pedido de licenciamento para a **“Alteração de Loteamento Urbano”**, a incidir sobre os lotes designados por **“Lote 7A”, “Lote 8A” e “Lote 9A”** do referido loteamento urbano, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados àqueles lotes, nomeadamente a diminuição do número de fogos dos lotes 8A e 9A, de 9 fogos para 8 fogos, compensando a diminuição de 2 fogos, com o aumento de 6 fogos e comércio para 8 fogos e comércio previstos para o lote 7A, pressupondo ainda a transferência de área de construção prevista para comércio do rés-do-chão do lote 7A para habitação, por forma a edificar os 2 fogos acrescidos neste lote.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/09/03, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação camarária.

**Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do disposto no n.º 8 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e edificação - RJUE, a alteração à licença da **“Operação de Loteamento Urbano”**, titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 4/2000, datado de 16/05/2000, emitido em nome de **Simões Silva & Filhos, Lda.**, com posteriores alterações datadas de 11/07/2007 e 16/03/2011, a incidir sobre os lotes 7A, 8A e 9A do referido loteamento urbano, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados àqueles lotes, nomeadamente a diminuição do número de fogos dos lotes 8A e 9A, de 9 fogos para 8 fogos, compensando a diminuição de 2 fogos, com o aumento de 6 fogos e comércio para 8 fogos e comércio previstos para o lote 7A, pressupondo ainda a transferência de área de construção prevista para comércio do rés-do-chão do lote 7A para habitação, por forma a edificar os 2 fogos acrescidos neste lote, ficando condicionada ao pagamento da compensação em numerário, no montante de €776,66 (setecentos e setenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos) correspondente ao à área de 64,40m2 não cedida para equipamento de utilização coletiva, face ao aumento da área de construção a afetar a habitação e à correspondente diminuição dessa área afeta a comércio/serviços.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**21. Req.º nº 1455/18, datado de 07/08/2018 - Proc.º nº 330/18, datado de 07/08/2018 - Plásticos Futura Lda**

862 - Presente pedido com o registo n.º 1455/18, datado de 07/08/2018, relativo a **trabalhos de remodelação de terreno**, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da

Marinha Grande sob os n.ºs 1524, 7668 e 14476 e inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15688 e na matriz predial rústica sob os artigos 1050 e 1051, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 330/18, com data de entrada de 07/08/2018, apresentado por **Plásticos Futura Lda**, com o NIPC 500 667 381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 11/09/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a execução de trabalhos de remodelação de terreno, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15669 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18349, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 330/18, com data de entrada de 07/08/2018, apresentado por **Plásticos Futura Lda**, com o NIPC 500 667 381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Delibera, igualmente, informar o requerente que a futura construção da ampliação da sua unidade industrial encontra-se condicionada à obtenção de parecer prévio favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), nos termos do n.º 4 do artigo 4º da Portaria n.º 13/2017, de 9 de janeiro, devendo a ampliação pretendida ser física e funcionalmente dependente da edificação existente e garantir o cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 7º do regulamento do PDM da Marinha Grande e demais legislação aplicável.**

**Delibera, ainda, informar que se se vier a verificar que a unidade industrial em causa tenha, com a ampliação pretendida, uma área total de construção superior a 1.000,00 m², a mesma enquadrar-se-á no âmbito das operações com impacto urbanístico relevante, estabelecidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 24º do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), com a alteração introduzida pela redação dada pelo Aviso n.º 1315/2017, de 2 de fevereiro, por se tratar de um edifício industrial localizado fora de zona industrial com plano de**



pormenor eficaz, com área de construção total superior a 1.000 m<sup>2</sup>, sendo devido, nos termos do artigo 122º e seguintes do mesmo regulamento, o pagamento da correspondente Taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas, e da correspondente compensação pela não cedência das áreas previstas para operações de loteamento, nos termos do artigo 127º e seguintes daquele regulamento, a que se encontra abrangido pela obrigatoriedade, estabelecida no n.º 5 do artigo 44º do regime jurídico da urbanização e edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**22. Req.º nº 2058/17, datado de 04/12/2017 - Proc.º n.º 538/17, datado de 04/12/2017 - Simões Silva & Filhos, Lda**

863 - Presente Processo Camarário n.º 1034/97, referente à “*Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização*”, levada a efeito no prédio denominado Fábrica Marquês de Pombal ou Fábrica de Vidros Marquês de Pombal, sito nas ruas António Magalhães Júnior, André Navarro e Conde Azarujinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 2/2000, datado de 23/03/2000, emitido em nome de “*Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes Ferreira, Lda.*”, com posterior alteração constante no Alvará de Loteamento n.º 4/2002, datado de 25/06/2002.

Presente requerimento n.º 2058/17, datado de 2017/12/04, constante do processo camarário n.º 538/17, subscrito por **Simões Silva & Filhos, Lda.**, com o NIPC 502041480, com sede em rua dos Vasos, n.º 5, lugar de Cruz d’Areia, freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, inerente ao pedido de licenciamento para a “*Alteração de Loteamento Urbano*”, a incidir sobre os lotes designados por “*Lote 2*”, “*Lote 3*” e “*Lote 4*” do referido loteamento urbano, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados àqueles lotes, nomeadamente a possibilidade de se poder usar a área de construção prevista apenas para comércio e/ou serviços ao nível do rés-do-chão desses lotes, também para habitação, mantendo-se o número de pisos previstos no respetivo alvará de loteamento, com diminuição de um fogo no “*Lote n.º 4*”, passando de 12 fogos para 11 fogos, bem como o aumento da área de construção prevista para cada um dos lotes, em mais de 33,25m<sup>2</sup>, visto a área máxima permitida em todo o loteamento não se encontrar ainda esgotada, face a aplicabilidade do índice de construção bruto definido em regulamento do Plano Diretor Municipal e ainda a reformulação dos polígonos de implantação dos lotes 2, 3 e 4, respeitando as áreas de implantação definidas para os mesmos.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/09/04, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação camarária.

**Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do disposto no n.º 8 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e edificação - RJUE, a alteração à licença da “*Operação de Loteamento Urbano*”, titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2000, datado de 23/03/2000, emitido em nome de “*Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes Ferreira, Lda.*”, com posterior alteração constante no Alvará de Loteamento n.º 4/2002, datado de 25/06/2002, a incidir sobre os lotes 2, 3 e 4 do referido loteamento

urbano, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados àqueles lotes, nomeadamente a possibilidade de se poder usar a área de construção prevista apenas para comércio e/ou serviços ao nível do rés-do-chão desses lotes, também para habitação, mantendo-se o número de pisos previstos no respetivo alvará de loteamento, com diminuição de um fogo no “Lote n.º 4”, passando de 12 fogos para 11 fogos, bem como o aumento da área de construção prevista para cada um dos lotes, em mais de 33,25m<sup>2</sup>, visto a área máxima permitida em todo o loteamento não se encontrar ainda esgotada, face a aplicabilidade do índice de construção bruto definido em regulamento do Plano Diretor Municipal e ainda a reformulação dos polígonos de implantação dos lotes 2, 3 e 4, respeitando as áreas de implantação definidas para os mesmos, ficando condicionada ao pagamento da compensação em numerário, no montante de €2.304,97 (dois mil trezentos e quatro euros e noventa e sete cêntimos) correspondente à área de 27,93m<sup>2</sup> não cedida para espaços verdes e de utilização coletiva e à área de 48,52m<sup>2</sup> não cedida para equipamentos de utilização coletiva, face ao aumento da área de construção a afetar a habitação, caso seja essa a opção de ocupação dos pisos 0 dos lotes 2, 3 e 4 e à correspondente diminuição dessa área afeta a comércio/serviços.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**23. Req.º nº 1596/18, datado de 04/09/2018 - Proc.º nº 12/18, datado de 17/01/2018 - Filipe Miguel Silva das Neves**

864 - Presente requerimento n.º 1596/18, datado de 2018/09/04, constante do processo camarário n.º 12/18, subscrito por **Filipe Miguel Silva das Neves**, com o NIF 240205219, com domicílio fiscal em rua do Lavadouro, n.º 6, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio rústico sito na rua do Lavadouro, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1023 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2075.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/06/12 e 2018/09/06, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio rústico sito na rua do Lavadouro, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1023 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2075, com o número de processo 12/18, com data de entrada em 2018/01/17, apresentado por Filipe Miguel Silva das Neves, com o NIF 240205219, com domicílio fiscal em rua do Lavadouro, n.º 6, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

**1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua do Lavadouro, com largura de 1,60m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de**

base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona das entradas deverá ser utilizado lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 133,00m<sup>2</sup> ao longo da frente do prédio confinante com a rua do Lavadouro, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à *“Planta de Implantação com as áreas de cedências ao domínio público”*, *“Folha: 002”*, datada de *“Setembro/18”*, entregue a coberto do requerimento n.º 1596/18, datado de 2018/09/04, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**24. Req.º nº 1092/18, datado de 13/06/2018 - Proc.º n.º 222/18, datado de 13/06/2018 - Silva & Branco Turismo Lda.**

865 - Presente processo de licenciamento, em nome de **Silva & Branco Turismo Lda**, com o NIPC 514 819 391, com sede na rua da Fé, n.º 24, Pedra de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, para a **construção de um parque de campismo e caravanismo** no terreno composto pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3124, 7650, 11925 e 4419 e inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos 6764, 6765, 6739 e 6766, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 06/09/2018, que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

**A Câmara Municipal delibera:**

**NOTIFICAR, a sociedade requerente, Silva & Branco Turismo Lda, com o NIPC 514 819 391, com sede na rua da Fé, n.º 24, Pedra de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que esta refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, do seu processo, referente a construção de um parque de campismo e caravanismo no terreno composto pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3124, 7650, 11925 e 4419 e inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos 6764, 6765, 6739 e 6766, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar o disposto no n.º 2 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro, ao não apresentar pelo menos uma das unidades de alojamento (bungalows) destinada à utilização por utentes com mobilidade condicionada, assim como o n.º 7 do artigo 46º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), relativamente aos degraus de acesso às unidades de alojamento, que apresentam uma largura de cobertor com 15 cm, sendo o mínimo de**

**25 cm, não estando as escadas igualmente providas de qualquer proteção ou corrimão lateral.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**25. Req.º nº 1601/18, datado de 05/09/2018 - Proc.º nº 182/17, datado de 08/05/2017 - Lino Gomes Pedro**

866 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1601/18, datado de 05/09/2018, apresentado por **Lino Gomes Pedro**, com o NIF 129681962, com morada em Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na mesma morada, cuja construção foi legalizada no âmbito do processo n.º 182/17, titulada pelo alvará de construção n.º 339/06, emitido em 29/12/2006, objeto de legalização de alterações, titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 55/18, emitido em 27/07/2018.

Presente parecer técnico datado de 06/09/2018, bem como despacho da Presidente da Câmara Municipal, de 07/09/2018, a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Lino Gomes Pedro, com o NIF 129681962, residente na mesma morada, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João Oliveira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Carlos Duarte**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**26. Req.º nº 1634/185, datado de 11/09/2018 - Proc.º nº 550/17, datado de 14/12/2017 - Emanuel Gaspar Alves**

867 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1634/18, datado de 11/09/2018, apresentado por **Emanuel Gaspar Alves**, com o NIF 208653813, com morada em Rua Principal, n.º 35, Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício destinado a habitação, sito na Rua Álvaro Cunhal,

Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações, titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 73/18, emitido em 07/09/2018.  
Presente parecer técnico datado de 12/09/2018, bem como despacho da Presidente da Câmara Municipal, da mesma data, a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Álvaro Cunhal, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Emanuel Gaspar Alves, com o NIF 208653813, com morada em Rua Principal, n.º 35, Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**27. Req.º nº 1636/18, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 370/18, datado de 11/09/2018 - Maria Leonor Sousa Reis**

868 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1636/18, datado de 11/09/2018, apresentado por **Maria Leonor Sousa Reis**, com o NIF 153033037, com morada em Rua Joaquim Nicolau Ferreira, nº 3, 3.º Dt.º, Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Vila Real de Santo António, n.º 29, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1038, de 1961 com alterações licenciadas no âmbito dos processos n.º 1883 de 1967, n.º 1020 de 1972 e n.º 1073 de 1975, tituladas, respetivamente, pelos alvarás de construção n.º 334/61, n.º 580/67, n.º 821/72 e n.º 977/75, todos em nome de Leonel Alves Reis.

Presente parecer técnico datado de 12/09/2018, bem como despacho da Presidente da Câmara Municipal, da mesma data, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do nº 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da**

**comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Vila Real de Santo António, n.º 29, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Maria Leonor Sousa Reis, com o NIF 153033037, com morada em Rua Joaquim Nicolau Ferreira, n.º 3, 3.º Dt.º, Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**28. Req.º nº 1640/18, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 132/07, datado de 22/02/2007 - PMSA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.**

869 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de **construção de edifício habitacional, composto por quatro fogos, e de muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo camarário 132/07, incidente sobre um prédio sito em Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, correspondente ao lote 7 do loteamento com alvará n.º 1/06, emitido em nome de Urbifix - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.743 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.378, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 13/02/2007, tendo sido titulada pelo alvará de licença de construção n.º 42/08, emitido em 20/02/2008, cuja validade terminou em 10/02/2010, bem como requerimento a solicitar concessão de licença especial para conclusão de obra inacabada, apresentado por **PMSA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda**, com o NIPC 5114680784, com sede na Rua da Batalha - Urbanização Nova Leiria, Lote 22, 1, Almoinha Grande, freguesia de Marrazes e Barosa e concelho de Leiria.

Presente informação técnica datada de 11/09/2018, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 13/12/2007, foi o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de edifício habitacional, composto por quatro fogos, e de muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo camarário 132/07, incidente sobre um prédio sito em Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, correspondente ao lote 7 do loteamento com alvará n.º 1/06, emitido em nome de Urbifix - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.743 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.378, objeto de deferimento final;

- Através do requerimento n.º 1640/18, datado de 11/09/2018, vem a atual proprietária do prédio, PMSA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda, com o NIPC 5114680784, com sede na Rua da Batalha - Urbanização Nova Leiria, Lote 22, 1, Almoinha Grande, freguesia de Marrazes e Barosa e concelho de Leiria, requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Pressupõe o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 124.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando “os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de licença de construção n.º42/08, emitido em 20/02/2008, cuja validade terminou em 10/02/2010, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento relativo à obra de construção de edifício habitacional, composto por quatro fogos, e de muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo camarário 132/07, incidente sobre um prédio sito em Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, correspondente ao lote 7 do loteamento com alvará n.º 1/06, emitido em nome de Urbifix - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.743 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.378, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 13/02/2007, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**29. Req.º nº 1640/18, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 132/07, datado de 22/02/2007 - PMSA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.**

870 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de **construção de edifício habitacional, composto por quatro fogos, e de muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo camarário 132/07, incidente sobre um prédio sito em Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, correspondente ao lote 7 do loteamento com alvará n.º 1/06, emitido em nome de Urbifix - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.743 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.378, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 13/02/2007, tendo sido titulada pelo alvará de licença de construção n.º42/08, emitido em 20/02/2008, cuja validade terminou em 10/02/2010;

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, registado sob o requerimento n.º 1640/18, datado de 11/09/2018, apresentado por **PMSA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda**, com o NIPC

5114680784, com sede na Rua da Batalha - Urbanização Nova Leiria, Lote 22, 1, Almoinha Grande, freguesia de Marrazes e Barosa e concelho de Leiria;

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de construção n.º42/08, emitido em 20/02/2008, cuja validade terminou em 10/02/2010, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 11/09/2018.

**Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º136/2014, de 09/09, apresentado por PMSA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda, com o NIPC 5114680784, com sede na Rua da Batalha - Urbanização Nova Leiria, Lote 22, 1, Almoinha Grande, freguesia de Marrazes e Barosa e concelho de Leiria, em virtude das obras de construção de edifício habitacional, composto por quatro fogos, e de muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo camarário 132/07, incidente sobre um prédio sito em Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, correspondente ao lote 7 do loteamento com alvará n.º 1/06, emitido em nome de Urbifix - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.743 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.378, terem já atingido um elevado grau de execução, não se vislumbrarem motivos que conduzam à determinação da demolição da edificação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**30. Req.º nº 2097/17, datado de 07/12/2017 - Proc.º n.º 813/05, datado de 21/11/2005 - Gracinda Ferreira Mateus**

871 - Presente requerimento n.º 2097/17, datado de 07/12/2017, apresentado por **Gracinda Ferreira Mateus**, com o NIF 195483073, com residência na Estrada da Nazaré, n.º 252, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, titular do Processo de licenciamento da **“Alteração e ampliação de edifício industrial”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Tecelão, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.739 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.827 da freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à execução do coletor para drenagem das águas residuais domésticas, titulada pelo alvará de obras de urbanização n.º 3/16, emitido em 22/02/2017, e a consequente redução da caução, no montante de **2.375,00€** (dois mil, trezentos e setenta e cinco euros), prestada através de depósito nos cofres da tesouraria desta Autarquia (guia n.º 1/863/11462), de 2016/05/09, destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização referente ao coletor para drenagem das águas residuais domésticas, nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro.

Presente relatório elaborado pela Comissão de Vistorias, bem como Auto de Vistoria, datados de 27 de agosto de 2018, propondo a receção provisória das Obras de Urbanização.



Após análise da pretensão, do Relatório e do respetivo Auto de Receção Provisória elaborados pela Comissão de Vistorias, respeitante às Obras de Urbanização supra referidas a Câmara delibera:

1) DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas executadas, no âmbito das condicionantes impostas no licenciamento da “*Alteração e ampliação de edifício industrial*” existente, apresentado por Gracinda Ferreira Mateus, com o NIF 195483073, com residência na Estrada da Nazaré, n.º 252, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Tecelão, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.739 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.827 da freguesia e concelho de Marinha Grande, a que corresponde o processo camarário n.º 813/05, cuja execução foi titulada pelo Alvará de Obras de Urbanização n.º 3/16, emitido em 22/02/2017, que respeita à execução do coletor para drenagem das águas residuais domésticas, uma vez que as mesmas se encontravam executadas de acordo com o projeto aprovado e as telas finais entregues.

2) MANDAR LIBERTAR o montante de € 2.137,50 (dois mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 90% da caução prestada através de depósito nos cofres da tesouraria desta Autarquia (guia n.º 1/863/11462), de 2016/05/09, como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, execução do coletor para drenagem das águas residuais domésticas, ficando retido o montante de € 237,50 (duzentos e trinta e sete e nove euros e cinquenta cêntimos), até à receção definitiva das referidas Obras de Urbanização:

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **AÇÃO SOCIAL**

### **31. Realojamento temporário de munícipe em situação de vulnerabilidade social em habitação social.**

A Sr.<sup>a</sup> Presidente apresentou a seguinte proposta:

“Presente informação n.º 2249 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 14 de agosto de 2018, dando conta da situação sócio-económica da munícipe identificada na informação técnica.

Considerando a situação de vulnerabilidade social reportada na informação n.º 2249 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 14 de agosto de 2018;

Considerando que se trata de uma família monoparental feminina com dois filhos a cargo, sendo um deles de tenra idade;

Considerando a inexistência de qualquer apoio de retaguarda e/ou familiar que possa auxiliar a munícipe em causa e respetivo agregado familiar nesta situação de fragilidade social;

Considerando que no plano económico, a única fonte de rendimento provém do vencimento mensal da munícipe, conforme valor constante em anexo, à informação n.º 2249 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, que não permite à munícipe suportar uma renda no mercado livre de arrendamento, considerando os valores aplicados;

Considerando que o Direito à Habitação se encontra consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa;

Considerando que compete aos municípios assegurar este direito constitucional no sentido de dar resposta às situações de necessidade social e de apoiar os cidadãos que verdadeiramente necessitam de apoio e proteção;

Considerando que o fogo sito na Rua da Charnequinha, Bloco 44 1.º Dto, na freguesia da Moita, é de tipologia adequada à dimensão do agregado familiar;

Considerando que o n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, bem como o n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, prevêem um regime excecional para atribuição de habitação em casos de **situação de necessidade habitacional urgente e temporária**, designadamente decorrente de desastres naturais e calamidades **ou de outras situações de vulnerabilidade, emergência social** e perigo físico ou moral para as pessoas, incluindo as decorrentes de violência doméstica.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com o artigo 14º da Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, republicada pela Lei nº 32/2016 de 24 de agosto, atribuir temporariamente, por um período de 12 meses, a fração correspondente ao 1.º Direito do Bloco 44, sita na Rua da Charnequinha à munícipe em questão, cujo valor de renda a aplicar, a partir de outubro de 2018, será no valor de 20,61€.**

**Mais delibera aprovar a minuta do contrato de arrendamento, que se anexa.**

**Delibera por último que, findo o período de 12 meses de permanência no fogo, a situação sócio-económica da munícipe seja reavaliada pela unidade orgânica competente.**

**Esta deliberação foi tomada por \_\_\_\_\_ e aprovada em minuta.”**

**Na discussão havida, os Srs. Vereadores do MpM disseram o seguinte:**

*a) É uma situação muito delicada, de violência doméstica, que devemos ter o máximo de atenção e urgência. A informação é que a requerente da habitação não quis apresentar queixa. No entanto, dadas as descrições contidas, consideramos obrigatória a comunicação ao Ministério Público e/ou às forças de segurança, por se tratar de um crime público. Mais...havendo um menor deverá ainda ser comunicada a situação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Marinha Grande. Esta entidade deverá avaliar se a criança corre perigo ou risco face ao enquadramento familiar em que está inserida.*

*Caso a Câmara Municipal entenda não deliberar neste sentido, os vereadores do MPM irão fazê-lo porque não ficam com o ónus de ter conhecimento de uma situação desta e não comunicar às entidades competentes.*

*b) A informação dos serviços questiona de quem é a titularidade do prédio onde se acolheu esta munícipe, dizendo que os terrenos onde estão estas habitações pertencem ao município de Alcobaça e por isso a CM Marinha Grande não pode arrecadar receitas com rendas. Diz ainda que “esta habitação foi entregue à munícipe de forma irregular”.*

*Se a propriedade do imóvel não é da nossa autarquia, o contrato de arrendamento não é legal nem válido não podemos votar por ser um contrato nulo.”*

**A Sr.ª Presidente** explicou sumariamente a situação de emergência que está em causa.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que ficou sensibilizada com o que a Sr.ª Presidente disse mas entende que não se pode fazer um contrato de arrendamento de uma casa que não é da CMMG.

**Em face das questões levantadas a Sr.ª Presidente informou que retira o ponto e que vai ver como resolver a situação.**

## **SAÚDE**

### **32. Protocolo de colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Centro, IP e o Município da Marinha Grande - Implementação de consultas de saúde oral.**

872 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente minuta de Protocolo de colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Centro, IP e o Município da Marinha Grande, com vista à implementação de consultas de saúde oral no Serviço Nacional de Saúde, nos cuidados de saúde primários, no Centro de Saúde da Marinha Grande.

Considerando que o Município dispõe de atribuições na área da saúde, nos termos da alínea g), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e que a Câmara Municipal é competente para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central.

Tendo em conta os fundamentos aduzidos na minuta de Protocolo em apreço e que suportam de forma consistente a necessidade coletiva a satisfazer.

Atendendo à estimativa de custos a suportar pelo Município, que se cifra em vinte e quatro mil e oitocentos euros, a que acresce IVA à taxa legal.

**A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea r), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a minuta de Protocolo de colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Centro, IP e o Município da Marinha Grande, que fica anexo (Anexo 1) e se dá por integralmente reproduzido, e autorizar a sua celebração, nos exatos termos dele constantes.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.**

## **PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA**

### **33. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2018 - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego - FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018.**

Presente a seguinte proposta:

“Presente deliberação de 27 de novembro de 2017, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada,

ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividade pontual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8779/2017, de 28 setembro	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1818/2018, de 09 de julho, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a realização da **FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/8779/2017, de 28 setembro	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4 pontos	2018/A/168	18.000,00 euros

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

Esta deliberação foi tomada por \_\_\_\_\_ e aprovada em minuta.

As **Sr.ªs Vereadoras da CDU** questionaram o facto de a avaliação da candidatura ter sido tão baixa, tendo em conta o impacto do evento, e também o apoio ser de apenas 18.000€, tendo proposto que a Câmara apoie com 30.000€.

Seguiu-se a discussão sobre a necessidade de alterar o regulamento existente, e definir critérios.

**A Sr.ª Presidente disse que a verba que está cabimentada são 18.000€, que é o valor que está em orçamento. Neste momento não pode alterar a proposta, pelo que disse que retirava o ponto, para ser alterado o apoio.**

## TEMPOS LIVRES E DESPORTO

### 34. Atribuição de apoios – Clube Recreativo Amieirinhense - 8º Grande Prémio em Atletismo - “10 kms da Amieirinha”

873 - Presente deliberação de 20 de fevereiro de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

#### Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8935/2017	Clube Recreativo Amieirinhense	501163980	8º Grande Prémio de Atletismo	35,6

Presente informação nº I/1602/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, a **Clube Recreativo Amieirinhense** preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pelas alíneas u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

#### ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Clube Recreativo Amieirinhense	8º Grande Prémio de Atletismo	501163980	35,6	2018 / A / 189	800,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não estar atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve*

*ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Este representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 18:45 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**